

o coração empurpurado, epistolário e história

christian ferrer

I

Na metade da década de 1940 existia em Buenos Aires uma casa editorial de livros de bom porte e cuidadosa preparação. Os autores desses livros, Rudolf Rocker, Jean Marie Guyau, o príncipe Piotr Kropotkin, William Godwin, já não são lidos. Apenas são consultados, quando o fazem, por membros de seitas políticas radicais ou especialistas universitários. O nome de Kropotkin, no entanto, é mencionado em alguns livros de história das ideias e às vezes lembra-se de Godwin por ter sido o pai de Mary Shelley, a autora de *Frankenstein*, uma história da desmesura humana que caiu nas graças do público. Em todo caso, todos eles estão hoje sepultados nas estantes de livrarias de velhos. No passado, eu adquiri esses títulos, por afinidade e por gosto. A livraria e editora que nos permitiu conhecê-los ao longo de décadas chamava-se “Américalee”. Naquela época dei como óbvio que “Américalee” fazia alusão ao continen-

Christian Ferrer é sociólogo e professor da Universidade de Buenos Aires.

te inteiro. Muito mais adiante descobriria que havia sido escolhido para homenagear América Scarfó.

II

Cinquenta anos atrás, num lugar de Buenos Aires onde hoje existe uma praça muito ampla, quase um parque, se levantavam os muros da Penitenciária Nacional. Erguer esse tipo de cidadelas é um ato concomitante à fundação de toda cidade. Também demoli-las, como fizeram os anarquistas, em 1936, com a prisão de mulheres de Barcelona, destruída a golpes de picareta e pá. A edificação era imponente e tétrica, muito pior na realidade do que o imaginável a partir das masmorras que a literatura vem descrevendo há muito tempo. Tinha muros de sete metros de altura e um degrau na base que atingia quatro metros. Seu signo era a contundência. Um dos seus construtores foi o pai de Alejandro Schulz Solari, o pintor Xul Solar. O presidente que a mandou arrasar foi Arturo Frondizi, que tinha sido advogado de presos políticos. Foi inaugurada em 1877, numa região da cidade, o Bairro norte, cujo metro quadrado havia valorizado muitíssimo desde então. Seus primeiros habitantes foram trezentos presos que chegaram acorrentados pelos pés, em duplas, vindos da antiga prisão do Cabildo. O regime para internos era draconiano: devia-se permanecer em silêncio, devia-se passar a noite em isolamento, devia-se vestir uniformes listrados, era-se chamado apenas por um número atribuído e pintado com tinta nas costas, no peito e no gorro dos prisioneiros. A prisão era, além disso, um lugar de trabalho. Havia oficinas de impressão e encadernação, com seções de litografia, fotogravura e fotografia: cem presos trabalhavam

O coração empurpurado, epistolário e história

exaustivamente em troca de um salário ridículo. Entre outras publicações, lá se imprimia o *Boletim Oficial da República Argentina*: eram os infratores quem davam o último *imprimatur* à lei. Também se fabricavam uniformes para o exército e carteiras para sala de aula. A penitenciária teve extensa permanência no bairro, mas que não foi eterna: demoliram-na em 1962 com explosivos “trotyl”.¹ Agora não há nada lá e só os mais velhos podem atestar que o edifício realmente existiu. Já é história, não memória. No entanto, numa das esquinas da praça há uma placa de granito com uma inscrição: “Neste lugar foi fuzilada a pátria”. São letras brancas sobre fundo negro. De vez em quando, um maço de flores aparece depositado junto ao pequeno monolito.

III

Pouco depois de completar dezesseis anos, América Scarfó escreveu uma carta e a enviou a Ernest-Lucien Juin, mais conhecido como Émile Armand, editor de uma publicação anarquista francesa. A missiva seria publicada na seção de cartas dos leitores, à moda de uma consulta sentimental: “Meu caso, camarada, pertence ao campo amoroso. Sou uma jovem estudante que acredita na vida nova. Desejo a todos o que desejo a mim: a liberdade de atuar, de amar, de pensar. Quer dizer, desejo a anarquia para toda humanidade”. Essas eram suas palavras de apresentação, seu auto-retrato. América havia sido iniciada nas ideais em casa, já que dois de seus cinco irmãos professavam o credo libertário. Eram Paulino e Alejandro, que integravam um bando de homens audazes. Um desses homens, o mais destacado e decidido, era um italiano loiro

que não parecia conhecer o medo. América o menciona na carta: “Conheci um homem, um camarada de ideias. Segundo as leis burguesas, ele está ‘casado’”. Dito isto, a condição não supõem, para América, um dilema, mas o prelúdio para o desconhecido. Há que levar-se em conta que ela também tinha escrito: “Eu desprezo a todos os que não podem compreender o que é saber amar”. É verdade que “esse homem” já estava unido em matrimônio antes de emigrar para a Argentina, vindo da Itália, e que, ademais, era pai de três filhos; mas era também verdade que o vínculo matrimonial, meio sem brilho, já quase tinha acabado. O que América tinha para contar a Émile Armand era uma história semelhante a tantas outras que deram origem a uma infinidade de romances: “Aconteceu que as circunstâncias nos aproximaram, a princípio, como companheiros de ideais. Nos falamos, nos entendemos e aprendemos a nos conhecer. Assim foi nascendo nosso amor. Pensávamos, no começo, que seria impossível. Ele, que tinha amado apenas em sonho, e eu, que fazia minha entrada na vida. Cada um continuou vivendo entre a dúvida e o amor. O destino — ou melhor, o amor — fez o restante”. Na carta, América omite uma informação que, na verdade, não teria escandalizado os leitores de *L'en dehors*, a revista editada em Paris por Armand: o homem costumava atravessar a cidade de negro, com chapéu de abas largas enterrado na cabeça, e uma Colt 45 automática no bolso. “Não podemos viver completamente juntos dada a situação política do meu amigo e ao fato de que devo terminar meus estudos. Nos encontramos frequentemente em diversos lugares”. Certamente, Émile Armand era um anarquista muito especial, partidário de uma corrente minoritária, a dos anarco-individualistas; mas, sobretudo,

era conhecido por defender o amor livre, incluindo a poligamia, ou mais precisamente, uma forma de “amor plural”. Isso era um excesso para a época, inclusive para muitos anarquistas, e justamente essa contrariedade é o motivo principal da extensa carta de América: “Mas acontece que aqui alguns se fizeram de juízes. E eles não se encontram tanto entre as pessoas comuns, mas entre os companheiros de ideais que tomam a si mesmos como livres de preconceitos, mas que no fundo são intolerantes”. A garota não era pouca prosa. Não apenas concitava a oposição dos seus pares de ideais e da sociedade toda, como, sobretudo, a de seus pais. Além do que, o homem a quem América se referia na sua consulta não era um namorado qualquer, mas o “inimigo número 1” da polícia argentina. Dezenas de tiras da “Seção Especial” o procuravam com afinco. Havia, por fim, para ser mencionado, um tema escabroso que os jornais, mais para frente, coloririam em tons de escândalo: “criticam nossa diferença de idade simplesmente porque eu tenho 16 anos e meu amigo 26. Ah, esses pontífices do anarquismo! Intrometer no amor o problema da idade! Como se já não fosse suficiente que o cérebro raciocine para que uma pessoa seja responsável por seus atos! E no mais, é um problema meu e se a diferença de idade não me importa nada, por que tem que importar aos demais?”. A carta, encerrada em dezembro de 1928, em tempos do governo de Hipólito Yrigoyen, inclui essa pergunta: “Não é que todo o universo se converte num éden quando dois seres se amam?” O Jardim do Éden, mais alto e mais radiante que qualquer utopia social. No mês seguinte, América recebeu a resposta de Émile Armand: “Ignora os comentários e insultos dos outros e continua teu caminho. Ninguém tem o direito de julgar tua forma de se conduzir”.

IV

Apenas uma vez América Scarfó entrou na Penitenciária Nacional, e foi o suficiente. Nas vinte-e-quatro horas em que permaneceu entre seus muros seriam fuzilados, lá mesmo, seu namorado e seu irmão. Isso aconteceu em fins de janeiro de 1931, com o país sob estado de sítio e lei marcial, e dela, que tinha dezessete anos, nada mais se soube pelas sete décadas seguintes. Quando o nome de América Scarfó voltou a aparecer nos jornais, na primeira página, no final do século, ela já completara os oitenta e cinco anos e a notícia se referia a sua presença na Casa Rosada. Havia-lhes ocorrido a ideia de devolver a América as cartas de amor que lhe pertenciam.

V

Um dos muitos uniformizados que se envolveram no golpe de Estado de 06 de setembro de 1930, lançado contra o presidente Hipólito Yrigoyen, foi o então capitão Juan Domingo Perón, que foi dos primeiros a chegar à Casa Rosada, já abandonada pelo líder da União Cívica Radical. Outro militar, Juan José Valle, permaneceu alheio aos acontecimentos. Mas vinte e cinco anos mais tarde, quando o presidente Perón foi derrubado, o general Valle conspirará em sua defesa. Essa decisão atrairia a desgraça sobre ele mesmo e sobre sua família.

VI

É estranho constatar que a maior prisão da cidade de Buenos Aires não motivou muitas menções na literatura nacional. A história da Penitenciária se encontra mais nas

notas jornalísticas, particularmente na imprensa anarquista e socialista, que na criação artística. Especificamente, num gênero de livros de denúncia da vida de masmorra, composto de testemunhos deixados pelos próprios encarcerados, na sua maioria presos políticos, ou “presos sociais” ou “de ideias”, como se dizia em outra época. Em geral foram escritos por gente letrada e sua missão era fazer conhecer uma condição ignorada pelo grande público, além de apresentar um panorama dramático de um momento histórico convulso e ainda confuso, tais como “El martirologio argentino” [O martirologio argentino], de Carlos Giménez, ou “Porque me hice revolucionario” [Porque me fiz revolucionário], de Raúl Barón Biza, ou “Desde la cárcel” [Da prisão], de Eduardo Antille, todos eles *radicais*,² ou “Preso!”, do peronista José M. F. Figuerola y Tresols, ou “A lembrança e as prisões”, do comunista Rodolfo Aráoz Alfaro. Muitos desses livros foram publicados como “edição do autor”, alguns em Montevidéu, lugar de exílio, ou na clandestinidade, por afiliados *radicais* que tinham sido levados à Penitenciária após sucessivas prisões em massa ordenadas pelos governos do general José Félix Uriburu e do general Agustín P. Justo logo após cada intentona fracassada do setor yrigoyenista revolucionário. Posteriormente, esses homens costumavam ser transportados para a prisão de Ushuaia, na ilha da Terra do Fogo. Não se pode dizer que tenham sido muito lidos nem que tenham circulado facilmente. Sobre a Penitenciária, também deixaram testemunhos alguns visitantes ilustres, como o político Georges Clemenceau, o jornalista Jules Huret, e a médica (?) Gina Lombroso. Existem, sobre a vida na prisão, muitas gravuras, o gênero que melhor se adéqua à negrura das prisões e no qual se distinguiram os pintores

e gravuristas das décadas de 1920 e 1930 que trabalharam sob o nome de “Artistas do Povo”. De vez em quando, no lamento de tangos antigos pode-se escutar alusões à Penitenciária, chamada de “A Sensata”, “A nova”, “A Quinta” ou “A Querida”. Mais recentemente, o cineasta Eduardo Mignona publicou um romance e lançou um filme, ambos intitulados “La Fuga”. Nesse caso, a arte imitou a vida, pois houve internos que conseguiram fugir dessa prisão. O primeiro, em 1889, disfarçado; o segundo, em 1900, dentro de uma lata de lixo; em 1911, fugiram treze presos; no ano seguinte, um prisioneiro conseguiu abrir caminho pelas latrinas, mas dez perderam a vida na tentativa; em 1923, outros trezes presos fugiram por um túnel; e o último que pôde burlar a segurança o fez em 1960, pendurando-se nos cabos telefônicos. Esse tipo de histórias ainda não encontrou o seu Heródoto. É certo que, no dia 6 de janeiro de 1911, no dia de reis, os ácratas Salvador Planas y Virilla e Francisco Solano Rojas, condenados a longos anos de prisão por tentativa de magnicídio³, fugiram da Penitenciária por um túnel e nunca mais foram vistos. Dois anos antes, em novembro de 1909, na saída do Cemitério da Recoleta, justamente na ocasião do enterro de Antonio Ballbé, diretor da Penitenciária Nacional, o anarquista Simón Radowitzky, ainda menor de idade, matou o coronel e capitão de fragata Ramón Lorenzo Falcón, um feito que marcaria a luta social nos vinte anos seguintes.

VII

Apenas uma vez Susana Valle cruzou as portas da Penitenciária Nacional, e foi mais do que suficiente. Esteve lá só por vinte minutos para despedir-se de seu pai, o ge-

neral Juan José Valle. Minutos depois de dizer adeus, ele seria abatido por uma salva de fuzilaria. Nas quarenta e oito horas anteriores outras vinte e seis pessoas tinham perdido a vida pelo mesmo método. Isso aconteceu em junho de 1956, sob estado de sítio; e de Susana Valle, então com dezenove anos, se falou durante os cinquenta anos seguintes, pois em cada aniversário da execução de seu pai, ela se colocaria diante dos muros da Penitenciária junto com uma coroa de flores, acompanhada, às vezes, por centenas de pessoas. Mesmo quando a prisão já havia sido demolida, ela seguiu indo, tenaz e fielmente, ao mesmo lugar onde agora havia uma praça pública, e sempre com flores nas mãos.

VIII

Um diário chamado *El Pueblo*, disse que ele tinha sido “o homem mais maligno que pisou em terras argentinas”. Outro jornal, chamado *El Mundo*, o qualificou de “demônio social”. De modo contrário, os que o admiravam o faziam por seu ânimo turbulento e sua falta de medo, ou por compartilhar os mesmos inimigos: fascistas, “cresócratas”, “capangas”, “cossacos”, “politicantes”, “cagões”, “crumiros”, e o Estado argentino inteiro, sem esquecer os anarquistas demasiadamente moderados. Naquele tempo, os jornalistas se interessaram em atizar a imaginação popular: ele era “o homem do mistério”, “o personagem de cinema”, “a sombra do terror”. Mas isso não era de todo preciso: Severino Di Giovanni era um anarquista muito preparado, um homem de pensamento que escrevia e editava, ainda que sua aproximação com a linha mais intransigente do anarquismo argentino, chamada “antorquista”,⁴ não pressupu-

nha métodos benignos: “Sou um apologista da expropriação para fins anárquicos”. E não fazia apenas apologia: era o que, então, se chamava “um homem de ação”. Por sua parte, as autoridades o responsabilizavam por uma onda de atentados, roubos e mortes.

Dizia-se que se vestia com camisa de seda e chapéu negro, que era temerário às raias da irracionalidade, que explodiu uma bomba na embaixada dos Estados Unidos e outra no monumento a George Washington, que estava envolvido com falsificação de dinheiro, que havia justificado um traidor que se tornara informante da polícia, que tinha cuidado pessoalmente de atirar no chefe da seção de Ordem Social da cidade de Rosário, que matara um dos diretores do *La Protesta*, único jornal anarquista no mundo publicado todos os dias, de tendência anarco-sindicalista e “brando”, segundo ele, ou mais sensato, como pensava a maioria dos ácratas organizados. Em todo caso, e mesmo que tudo que lhe atribuísem não fosse exato, o rosto de Di Giovanni aparecia regularmente nos jornais.

Severino Di Giovanni, italiano, tipógrafo, estudou para tornar-se professor, ainda que, o mais preciso, seria dizer que era um autodidata. Em 1923, chegou à Argentina vindo do Brasil e logo se uniu à luta antifascista. Inevitavelmente, teve passagens pela polícia. O homem oscilava entre paradoxos: acreditava na violência como método de autodefesa e, no entanto, caiu nas garras da lei pela sua obstinação de imprimir as provas de um livro anarquista pacifista; estava inebriado de amor e escrevia artigos com títulos como “Hino à dinamite”; era um apaixonado pela liberdade absoluta, mas excessivamente obcecado e intempestivo, e, ao ser acossado, reagia como os animais que defendem seu território até o fim. Na época em que

era procurado vivo ou morto, escreveu a um companheiro: “Somente aquele que sabe amar tanto pode odiar tanto”. Em 1927, conheceu o jovem Paulino Scarfó, anarquista, desertor do exército e vegetariano, e com sua ajuda, alugou um quarto, por alguns meses, nos fundos da casa onde vivia Paulino com seus pais e seis irmãos.

É o destino: América Scarfó, garota de quatorze anos, que já folhava os livros de ideais de seu irmão, começou a preferir a companhia desse homem repleto de vida, que não bebia nem fumava, e que estava na mira da polícia. Logo o ímpeto do amor os aproximou, apesar da prudência, das convenções sociais e das possibilidades de êxito. Decidiram se unir, por livre vontade e porque não podiam fazer outra coisa a respeito. Assim começou a correspondência amorosa. Ele lhe escrevia em italiano, ela respondia em castelhano: “Nossa união será bela e prolongada, alegre e plena de todos os sentimentos, grande e infinitamente eterna”. Da correspondência de ambos, se dispõem apenas das cartas enviadas por Severino, que foram encontradas por Osvaldo Bayer no Museu Policial e transcritas em *O idealista da violência*, o estudo biográfico definitivo de Di Giovanni e sua época, a fonte de dados quase exclusiva de sua proeza e de seu instantâneo ocaso.

Severino Di Giovanni, a quem se atribuía rigidez e intolerância, escrevia a América sob efeito de uma efervescente doçura: “Belíssimo coração feminino, essência de todos os amores excelsos e puros”; ou ainda: “Em vez de apagar momentaneamente o incêndio que me devora, cada um dos nossos encontros, cada uma de nossas conversas, cada um de nossos abraços não servem para outra coisa que dar alimento à chama acesa do meu coração”. América tinha já quinze anos. Isso não era um impedi-

mento, e certamente Severino Di Giovanni era devoto dos princípios libertários e, por isso, um emancipador. Pensava que as mulheres deviam “saltar o muro dos costumes femininos” e, inclusive, tinha publicado brochuras sobre o “amor livre”, um tema próprio dos anarquistas, incluindo um intitulado “La Verginitá Stagnante” [A virgindade paralisante].

Também editava *Culmine*, uma publicação ácrata que chegou a tirar quatro mil exemplares, e teve uma livraria. O resto de seu tempo era para América e para se envolver com um grupo de homens muito decididos, “de princípios”. Mesmo que Di Giovanni tivesse muito de individualista, ainda assim chegou a se organizar em grupos de afinidade. E com uma violência equidistante à do amor, mas equivalente, se lançaria à ação política, ou melhor, à ação direta. Os feitos que a polícia lhe atribuíam eram maiúsculos: uma leva de mortos e feridos. Uma bomba no National City Bank, outra bomba no consulado italiano, mais mortes em outro assalto. Não foram poucos os anarquistas que se distanciaram desse homem que escolhera pseudônimos como “O Albigense” e “Ilegalista”, e que disse: “Quando escolho um caminho, não retorno”. Menos ainda se uma paixão lhe guiava os passos: “Não posso viver, te desejo tanto, tanto a cada instante da minha vida. Queria te apertar forte! Amar-te como só eu te posso amar. Embriagar-me inteiro de ti e depois... depois voltar a me embriagar uma vez mais e de novo, de novo, até a exaustão”.

O idílio de América e Severino continuou por mais dois anos e meio, até que a morte os separou. Ela ia ao colégio e ele vivia aos sobressaltos, na clandestinidade. Vários mensageiros levavam e traziam a correspondência.

Eram felizes: “Sempre unidos, como duas heras, sorvendo a própria existência uma da outra”. Eram companheiros: “Quando chegares leremos, olharemos, escolheremos aquelas palavras, as mais belas, as mais sublimes, as mais comuns a nós dois, e por isso, as mais ardorosas, do nosso imenso amor”. Eram furtivos: “Chegar e desaparecer; receber teus beijos, te beijar, e depois, a separação...”. Estavam no auge de sua paixão: “Tocaste todo meu ser, minha vida. O fizeste vibrar como quis. Lia nos teus olhos todo o desejo e todo o amor. Que bonita que estavas ontem à noite! Como cantavam nossos sentidos!”.

Poucas vezes uma adolescente tem a possibilidade de se envolver com um homem condenado de antemão, e menos ainda, a vontade de compartilhar com ele o resto da vida. Assim se originam as lendas românticas de todas as épocas. Mas ela não era vítima de nenhuma ilusão nem se enganava minimizando as circunstâncias; era uma mulher consciente do mundo e “as ideias” eram seu meio ambiente específico havia anos. Em *Anarchia*, a nova revista de Severino Di Giovanni, América Scarfó assinou artigos com seu próprio nome: “Não concebo que haja indivíduos que vivam a vida de modo burocrático. Vivem estancados, vegetam e morrem. Nada se sabe de suas vidas”. Severino era mais exaltado, ou visceral: “Penso em ti, sempre, sempre, sempre.” Era necessário fazer alguma coisa para estar definitivamente juntos, superar a desconfiança paterna, de modo que recorrem a um esquema: um casamento falso. Silvio Astolfi, um integrante do grupo de Di Giovanni, fez-se de noivo da garota e se casaram como mandava a lei. Ela era agora América Scarfó de Astolfi. Mas a lua de mel, ela passou com Severino, que a esperou na estação de trens do povoado de Carlos Casares, na Província

de Buenos Aires, com duzentas rosas vermelhas. Abria-se a década de 1930.

IX

A sublevação liderada pelos generais Juan José Valle e Raúl Tanco, que alcançaria um status mitológico na imaginação política do peronismo, foi prematura, deficientemente coordenada, crente demais numa insurreição generalizada que nunca ocorreu, e, além de tudo, não se protegeu dos agentes infiltrados. Por sua vez, a repressão desencadeada pelo governo cívico-militar chefiado pelo general Juan Carlos Aramburu foi desproporcional e, em poucas horas, adquiriu punição exemplar, que recaiu, sobretudo, sobre cabos e sargentos, que tinham cometido o imperdoável ato de insubordinação plebeia: desarmar oficiais de carreiras e colocá-los sob custódia. Nos meses seguintes, a metade dos suboficiais do exército foi passada à reserva. O peronismo havia fixado raízes firmes entre eles.

Tudo começou em 10 de junho de 1956, muito cedo, com uma declaração assinada por Valle e Tanco que só foi possível transmitir de uma rádio de Santa Rosa, capital da província de La Pampa. As ações terminaram doze horas mais tarde. Essa declaração invertia os elementos: o governo atual era uma tirania e era imperioso celebrar eleições num prazo breve. Anunciava à população que os insurrectos, que assumiam o nome de Movimento de Recuperação Nacional, não estavam sob nenhuma bandeira, mas na verdade, eram todos peronistas. Muitos eram civis, comandados pelo sindicalista Andrés Framini, que oito anos depois seria eleito governador da província de Buenos Aires — tendo sido impedido de assumir —, e

também participaram sindicalistas do que, então, se chamava “a CGT negra”. Mas nos dias anteriores, quase mil peronistas foram presos e, além disso, não se contava com a benção de Perón, que estava longe, na Venezuela. Para completar, o governo os esperava, e os deixaram conspirar tudo o que quiseram: iriam desviar o golpe a seu favor. Um decreto de Lei Marcial já estava escrito e assinado, em segredo, pelo presidente *de facto*. De todo modo, os avanços rebeldes foram escassos, para não dizer nulos: apenas o controle de algumas ruas em La Plata e da inteira cidade de Santa Rosa, mas apenas por algumas horas.

O domínio da situação pelas tropas do governo foi rápido e efetivo. Somente em La Plata houve alguma resistência, desbaratada após um bombardeio realizado pela aviação naval. Ali morreram dois leais ao governo e três rebeldes. Também a Rádio Santa Rosa foi atingida pela artilharia. Aqueles que não puderam fugir levantaram a bandeira de rendição, sem imaginar que esse era o dia de São Bartolomeu. Nas seguintes quarenta e oito horas, foram fuzilados um general, dois coronéis, dois tenente-coronéis, três capitães, dois tenentes, oito suboficiais e novos civis, e quase todos se foram deste mundo sem o auxílio de um confessor e sem que se avisasse os familiares. Na delegacia regional de polícia de Lanús, executaram seis prisioneiros com rajadas de metralhadoras portáteis; na Escola de Mecânica da Armada fuzilaram quatro suboficiais; e assim sucessivamente, no Campo de Maio, em La Plata, e no Partido de San Martín. Os desesperados pedidos de clemência que se multiplicaram nessa noite pavorosa não puderam ser considerados: o general Aramburu havia dado ordens para não ser despertado. Nas horas anterio-

res à sua morte, um amargurado general Valle escreveria: “Fuzilando a mim já bastaria”.

Em La Plata, a ordem de matar foi dada pelo coronel Luis Leguizamón Martínez, que tinha sido golpista menos de um ano antes e que voltaria a sê-lo, contra o presidente Frondizi, três anos depois. Esse é um padrão que se repetiu vez ou outra na história argentina das sublevações militares, que foram constantes. Assim, o coronel Juan José Graneros, chefe de polícia na época de Di Giovanni, que esteve envolvido na repressão do 1º de maio de 1909 na Plaza Lorea, entregou seu quartel de polícia sem oferecer resistência alguma quando, em 1930, o general Uriburu deu seu golpe de Estado. É sabido que, assim como aconteceu com Severino Di Giovanni, um dos fuzilados em La Plata chegou já ferido a bala diante do pelotão de fuzilamento, instalado num campo de treinamento de cães. A maior parte dos civis morreu em outro lugar. Os doze homens que foram levados ao lixão de José León Suárez, nos subúrbios, tiveram os corpos salpicados por balas assim que receberam a ordem de caminhar para frente sem olhar para trás. Cinco ficaram estirados na noite, mas os outros puderam fugir campo a fora. O responsável por esses fuzilamentos clandestinos era o coronel Desiderio Fernández Suárez, chefe da polícia da província de Buenos Aires. Já havia sido golpista quando cadete, contra o governo de Hipólito Yrigoyen, e depois se converteu em seguidor de Jordán Bruno Genta, um nacionalista católico e fascista que dirigira o jornal *Vida Militar*, e então editava outro chamado *Combate*. Fernández Suárez seria justificado pela guerrilha em 1974.

Antes mesmo de que as últimas ordens de fuzilamento fossem emitidas, uma multidão se aglomerou na Plaza de

Mayo para ovacionar o presidente, o general Aramburu, e seu vice-presidente, o contra-almirante Isaac Rojas, que retribuíram saudando seus partidários do balcão do palácio presidencial, um ritual de monarcas habituados. Um rosário de partidos políticos, personalidades “representativas”, forças vivas e instituições variadas pronunciaram-se em apoio à mão de ferro da repressão, incluindo — e sem que se solicitasse a opinião — a Academia Argentina de Belas Artes. No jornal *La Vanguardia*, o Partido Socialista publicou em seu editorial um lema argentino tradicional: “A letra com sangue entra”; até mesmo o *La Protesta*, diário anarquista, se regozijou com o fracasso da sublevação; o novo diretor da Biblioteca Nacional, Jorge Luis Borges, disse então: “Há que se fazer o que é justo fazer”.

O gesto planejado de autoridade por parte do governo conseguiu coligar, por um tempo, as distintas linhas de força da “Revolução Libertadora”, além de desencorajar novas revoltas possíveis, com exceção das sabotagens quase cotidianas perpetradas pela pouco expressiva “Resistência Peronista”. Outra consequência, estranha e assustadora, e que ficou sepultada no segredo, aconteceu um mês após a frustrada tentativa do general Valle. O coronel Carlos Eugenio de Moori Koening, chefe do Serviço de Inteligência do Exército, cujo sobrenome significava em alemão “rei do pântano”, — o homem que havia sequestrado o cadáver de Eva Perón logo depois do golpe de Estado de Aramburu, dedicando-se dali para frente a outras práticas necrófilas —, entrou em pânico, temendo um assalto peronista aos seus escritórios, onde mantinha o caixão. Então, pediu a seu homem de confiança, o major Eduardo Arandia, que o escondesse no sótão de sua casa por uns dias. Mas o subordinado não levou para casa um cadáver, e sim um fân-

tasma. Uma noite, pensando ter escutado passos suspeitos, o major atirou contra um vulto, matando com três tiros no coração Elvira Herrera de Arandia, sua esposa grávida.

Houve uma terceira consequência. Recém iniciada a revolta dos oficiais peronistas, alertou-se da situação o vice-presidente, que naquele momento, junto com sua esposa, desfrutava de uma peça de teatro, “O espectro da rosa”. Um dia depois, ele declarou aos jornalistas: “a única coisa que lamento é ter sido obrigado a abandonar o Teatro Colón na metade do espetáculo”. Isso disse o contra-almirante Isaac Ángel Rojas. Trinta anos antes, no mesmo teatro, Severino Di Giovanni tinha estragado outra função artística: a celebração do vigésimo quinto aniversário da ascensão ao trono italiano de Vittorio Emmanuelle III. Houve gritaria, interrupção, protesto, camburão e estadia na delegacia. Ao ser detido, Di Giovanni gritou “Viva a anarquia”. Foi sua apresentação à sociedade, e sua primeira detenção, acontecida na presença do presidente Marcelo Torcuato de Alvear, e do fascista diplomata italiano no país, conde Gian Galeazzo Ciano, que mais adiante seria expulso de Buenos Aires por causa de um escândalo ocorrido num cabaré e que, logo depois, foi genro de Benito Mussolini e ministro das Relações Exteriores do governo fascista, terminando por ser fuzilado como traidor, por ordem de seu sogro. É possível que os presentes no Teatro Colón, em 1925, tenham lembrado, após o incidente, que Umberto I, o imediato antecessor de Vittorio Emmanuelle III no trono, fora justicado em 1900 pelo anarquista Gaetano Bresci, que viajou de Nova Jersey a Monza para dar-lhe quatro tiros. Condenado à prisão perpétua, “apareceu” morto na sua cela no ano seguinte.

X

Com o golpe de Estado do general Urriburu deixaram de sair todos os diários e periódicos contrários ao novo regime, sendo os primeiros os anarquistas *La Protesta* e *La Antorcha*, silenciados pela força. Mas não Severino Di Giovanni. Ele continuou publicando sua revista *Anarchia* na clandestinidade. Baseava no seu próprio poder o direito de editar suas coisas, não de um capricho estatal. Não era homem de pedir licença, mas de atropelar. Para a opinião pública, Severino Di Giovanni terminava por ser um signo ambíguo: era “o” perseguido, um herói da sempre duvidosa página policial, mas também um exaltado sem sentimentos. Numa carta a um companheiro, não escondendo a contrariedade, ele se perguntava: “Sou um indesejável? Sou um louco? Sou degenerado?”. Antes disso, era um homem filiado a uma estirpe anarquista impetuosa e impaciente chamada “expropriadora”, que antes e depois foi temida e vilipendiada pela grande imprensa e pela casta política, e a que se reuniram nomes como Ravachol, Bonnot, Facerías e Sabaté. Para compreender como um todo as ações de Di Giovanni é preciso fazer um inventário das perseguições, geralmente implacáveis e em muitas ocasiões selvagens, que enfrentou o anarquismo em todos os países do mundo. No dia seguinte à sua prisão, o jornal *La Nación* publicou essas palavras: “era audaz, corajoso, de uma coragem impensada, mais de fera que de homem. Dissemos que ‘era’ porque agora já não mais será”. Não se enganava o jornalista: vinte e quatro horas depois Severino Di Giovanni estaria morto e enterrado em lugar desconhecido.

A sequência dos acontecimentos foi vertiginosa. Di

Giovanni foi capturado pela polícia em pleno centro da cidade, a cem metros da esquina entre as avenidas Corrientes e Callao, no dia 29 de janeiro de 1931, após uma perseguição que atravessou vários quarteirões. Uma vez, Di Giovanni escreveu: “Já que não de te matar, vende caro tua vida”. E assim foi. Antes de ficar encurralado numa casa, Di Giovanni matou um policial, deixou outro ferido, e no tiroteio morreu uma menina. Guardou uma bala final para tirar a vida, mas a arma falhou, apenas ferindo-o. Após receber os primeiros socorros e com o braço numa tipóia, foi levado à Penitenciária Nacional para ser julgado por um conselho de guerra com dez integrantes, presidido pelo coronel Conrado Risso Patrón, depois promovido a general e assassinado, em 1940, por um comissário de polícia da província de Santa Fé, durante as lutas eleitorais entre radicais e conservadores. Poucas horas depois, Severino Di Giovanni foi condenado à morte. O fiscal do sumário julgamento foi o tenente-coronel Clifton Goldney. Vinte e cinco anos mais tarde, outro Clifton Goldney, de igual patente, receberia a rendição de alguns dos conspiradores da sublevação do general Valle. Enquanto isso, uma patrulha policial conseguiu encontrar o esconderijo do grupo, numa chácara suburbana. Depois de um enfrentamento, no qual morreram um policial e dois anarquistas, foi preso Paulino Scarfó e, também, sua irmã América. Paulino, de vinte e um anos, foi submetido ao conselho de guerra e, imediatamente, o condenam à pena de morte. Foi fuzilado vinte e quatro horas após Di Giovanni. Logo depois que suas condenações foram lidas, ambos foram torturados para extrair informação, mas inutilmente.

Mas até mesmo um conselho de guerra em tempos de lei marcial supõe a presença de um advogado de defesa,

“de ofício”, e a tarefa ficou com Juan Carlos Franco, um tenente da companhia de ciclistas e arquivistas. O homem era yrigoyenista e muito corajoso, mas pouco pôde fazer, apesar de ter improvisado, em apenas algumas horas, uma alegação admirável que lhe custou a antipatia instantânea de seus superiores. De todo modo, seu defendido tinha dado um limite ao discurso de seu advogado: “sou anarquista, e isso não renego nem diante da morte”. Tampouco Paulino Scarfó facilitou as coisas para seu defensor, cuja simpatia pelo preso era nula, e diante de uma sugestão da família de pedido de clemência às autoridades, “in extremis”, ele mesmo fechou a porta: “Um anarquista nunca pede mercê”. O destino posterior do tenente Franco seria negativo: foi colocado na reserva, sendo encarcerado como preso comum na prisão de Villa Devoto e, por fim, teve que se exilar no Paraguai. Somente pôde voltar com a anistia geral dada pelo general Justo, novo presidente do país. Morreu jovem de tifo ou, talvez, envenenado durante um banquete de militares. Antes disso, havia formado um duo folclórico com o cantor Atahualpa Yupanqui. Muito foi dito sobre a real autoria da petição lida por Juan Carlos Franco em prol da vida de Severino Di Giovanni. Talvez tenha sido assessorado, e houve muitos a que se atribuíram essa honra, incluído o próprio general Perón — mais para mitômano nesse caso — que declarou a Enrique Pavón Pereyra, seu biógrafo, o seguinte: “Eu inspirei a famosa declaração do tenente Franco em defesa de Severino Di Giovanni, e mil outras vezes o faria”. A data da reportagem era de março de 1973, “annus mirabilis”, o melhor momento da esquerda peronista.

A última vez que América Scarfó viu Severino Di Giovanni foi na manhã do seu último dia. Um momento

antes, sob vigilância e algemado pelas costas, foi permitido a Severino estar com seus filhos e sua esposa legal. Com América pôde estar apenas um pouco, sendo importunados pelo sacerdote da prisão que se dedicou a manter uma discussão teológica com o condenado. Quando ficou só, Severino escreveu a última carta a América, um bilhete: “Seja feliz. Adeus única doçura da minha pobre vida. Beijo-te muito. Pense sempre em mim”. Seu último desejo foi ver Paulino Scarfó. Ambos se cumprimentaram. Horas depois, América se despediu de Paulino. Tinha sido ele quem a apresentara a Severino. Enquanto isso, a mãe de Paulino e América tentava um desesperado pedido de misericórdia diante das portas da Casa Rosada, e o fez novamente na Penitenciária, ajoelhando-se aos pés do diretor da prisão. Nada conseguiu. Esse homem era Alberto Viñas, conservador e golpista, que não podia imaginar que vinte anos depois ele mesmo seria encarcerado na Penitenciária, preso em uma reunião de opositores durante o governo de Juan Domingo Perón.

XI

Severino Di Giovanni e Paulino Scarfó foram executados de madrugada, como sacrificados de uma sociedade que estava disposta a aceitar a hegemonia dos próximos governos conservadores e como mensagem implícita do governo militar: havia disposição para disciplinar e castigar. No lado de fora da prisão reuniu-se uma multidão, a maior que já havia aparecido por ali. Na espera do momento final, ela teve que suportar uma crueldade a mais: um grotesco desfile de autoridades e personagens ‘ilustres’ que se entreteve diante das barras das duas celas, incluín-

do o ministro do Interior, Sánchez Sorondo, que assim fazia jus à ofensa — “sánchez desprezível”⁵ — impresso num panfleto distribuído pelo pessoal de Di Giovanni por todo centro da cidade. Acorrentaram Severino pelos pés e desse modo foi levado até o lugar da execução, caminhando com dificuldade. Eram cinco da manhã. Negou a venda nos olhos e, então, oito tiros, além do de misericórdia, fizeram-lhe púrpura o coração. Morreu dando vivas ao seu ideal, imperturbável, com um brio de metal antigo. Apenas deram-se os disparos, o alarido dos presos da penitenciária se elevou aos céus. Matavam um dos seus. Naquela noite, o cadáver de Di Giovanni foi jogado numa vala comum para evitar peregrinações. Em seguida, morreria Paulino Scarfó. Aos que lhe apontavam as armas ao peito, disse: “Senhores, boa noite, viva a anarquia!”. Anos mais tarde, quando nasceu a primeira filha de América Scarfó, recebeu o nome Paulina. De outro lado, as últimas palavras que América disse a Severino, ao despedir-se, foram: “Seguirei lembrando de ti até minha morte”.

XII

Angustiado pelas notícias das primeiras execuções de seus homens, o general Valle decide entregar-se às autoridades em 12 de junho de 1956, seu último dia. Antes disso, passou pelo velório de um dos coronéis fuzilados, o que enegreceu ainda mais seu estado de ânimo. Sua rendição foi recebida pelo capitão de navio Francisco Manrique, que servia como secretário geral da presidência e que, mais adiante, em outro governo, o do presidente Guido, seria ministro do Bem-Estar Social, e em outro governo, o do general Lanusse, assumiria o mesmo posto, e depois

seria ainda secretário de Turismo do governo do presidente Raúl Ricardo Alfonsín. Mas naquele ano de 1956, Manrique, que já tinha sido golpista duas vezes, não se preocupou em respeitar a palavra dada a Valle de que não seria fuzilado. Talvez essa culpa tenha voltado à sua memória na época da última ditadura militar, quando uma sobrinha sua, catequista, foi sequestrada, e ele se viu obrigado a suplicar entre uniformizados para poder salvá-la.

Juan José Valle foi fuzilado vinte horas depois de ter sido preso, tão rápido como no caso de Di Giovanni. Fizeram-lhe com que entrasse na Penitenciária às duas da tarde e às dez e vinte da noite perdeu a vida. Nessas horas de espera, escreveu várias cartas a seus familiares e também teve o desejo de dirigir algumas palavras ao presidente da nação: “dentro de poucas horas o senhor terá a satisfação de haver me assassinado”. No pouco tempo em que Valle esteve na Penitenciária, foi-lhe atribuído um número de preso, o 4498. “Para liquidar opositores lhes pareceu digno induzir-nos ao levante e sacrificar-nos, então, friamente. Faltou-nos astúcia ou maldade para adivinhar a artimanha”. Na madrugada anterior tinham sido fuzilados, nesse mesmo lugar, o sargento de infantaria Isauro Costa, o sargento carpinteiro Luis Pugnatti e o sargento músico Luciano Isaías Rojas. Um pelotão de fuzilamento diferente para cada um deles. “A palavra ‘monstros’ brota incontida de cada argentino”.

Às oito da noite avisaram na casa de Valle o que aconteceria. A esposa ficou fora de si e se descompôs; a filha, Susana Valle, tomou a frente da situação e, depois de tentar uma tratativa inútil junto a algum monsenhor, foi pessoalmente ao edifício da avenida Las Heras e Coronel Díaz uma hora antes do estipulado para a morte de seu

pai. “Entre minha sorte e a de vocês fico com a minha. Minha esposa e minha filha, através de suas lágrimas, verão em mim um idealista sacrificado pela causa do povo. Suas mulheres, até mesmo elas, verão manifestar-se diante dos seus olhos suas almas de assassinos”. O general Valle dividiu com sua filha sua última hora de vida. No momento de se separar, deu-lhe a aliança para que entregasse a Cristina Prieto, sua esposa. “Como vocês têm os dias contados, para livrarem-se do próprio terror, semeiam terror. Mas inutilmente”. Pouco antes de morrer, pediu um cigarro. “Ainda que vivam cem anos, suas vítimas os seguirão a qualquer canto do mundo onde pretendam esconder-se. Viverão vocês, suas mulheres e seus filhos, sob o terror constante de serem assassinados”. Juan José Valle, homenageado por uma rua em Buenos Aires, caiu morto numa das laterais da Penitenciária, exatamente no lugar onde hoje é lembrado por uma placa comemorativa. “Rogo a Deus que meu sangue sirva para unir os argentinos. Viva a pátria”.

XIII

Naquele distante janeiro de 1931, América Scarfó teve que passar trinta dias num calabouço do Departamento Central de Polícia até que um juiz a deixou ir. O inventário de sua desgraça não podia ser mais catastrófico. Seu querido Severino e seu irmão Paulino, executados; seu irmão Alejandro Scarfó, de apenas dezoito anos e que foi preso, em 1928, com notas de dinheiro falsas e dinamite, cumprindo pena de prisão perpétua na ilha da Terra do Fogo; outro irmão, José Scarfó, detido pela polícia e agredido sem piedade; e outro irmão ainda, o mais velho,

despedido do emprego por ter esse sobrenome; seus pais, aturdidos e arrasados pela dor, afastaram-se dela; seu avô nunca mais falou com ela. Seu nome era mesmo um estigma. E ainda haveria sequelas nos anos porvir: alguns outros membros do grupo de Severino seriam colocados fora de combate em diferentes tiroteios; o novo companheiro de Teresina Masculli, a primeira mulher de Severino, seria condenado a sete anos de prisão; Silvio Astolfi, o marido “legal” de América, morreria em ação combatendo com os anarquistas durante a Guerra Civil Espanhola; e mesmo que, por falta de provas, a pena de seu irmão tenha sido modificada, dando-lhe a liberdade em 1935, Alejandro Scarfó foi imediatamente enviado ao Chaco para cumprir serviço militar em um batalhão de castigo de onde retornou transtornado para sempre. Nos anos seguintes, América Scarfó ainda escreveria alguns artigos para a imprensa anarquista, mas em pouco tempo retirou-se da vida pública por completo. Estudou para tradutora de italiano e se dedicou ao ensino. Mais adiante, já idosa, completaria, também, os estudos de francês. Em algum momento refez sua vida afetiva, unindo-se com um companheiro de ideias, com quem teve filhos. Ambos fundaram a livraria e editora *Americalee*. Em 1951, ela viajou à Itália, onde visitou Chieti, o povoado natal de Severino Di Giovanni. Havia passado vinte anos desde seu fuzilamento.

Logo após ser solta, América conseguiu trabalho de costureira, mas logo foi contratada por Salvadora Medida Onrubia de Botana como sua secretária particular. Essa mulher era uma personalidade ímpar. Foi mãe solteira em um povoado do interior e adepta das ideias anarquistas. Escrevia poemas, muitos de temática erótica. Era valente e intrépida, bissexual, espírita e, além disso, esposa de

Natalio Botana, dono do diário *Crítica*, o mais popular do momento e, com certeza, um dos suportes propagandistas do golpe de Estado do 6 de setembro de 1930. Mas Salvadora tinha ideias muito diferentes, contrárias ao novo governo, pelas quais foi castigada com uma prisão na Cadeia do Bom Pastor, gerida por freiras e exclusiva para mulheres. Então, uma série de escritores e amigos seus solicitaram ao governo militar que considerasse conceder-lhe o perdão. Mas poucos dias depois, Salvadora Medina Onrubia tornou pública uma carta dirigida ao ditador.

Assim começava: “General Uriburu. Acabo de me inteirar da petição apresentada ao Governo Provisório pedindo ‘magnanimidade’ para mim. Não autorizo o piedoso pedido. ‘Magnanimidade’ implica perdão por uma ‘falta’. E eu não me lembro de faltas nem necessito de magnanimidades”. Salvadora, que era mulher de valor, seguia professando ideais ácratas e naqueles anos tinha financiado a fracassada fuga do anarquista Simón Radowitzky da prisão em Ushuaia e também tentara recuperar o cadáver de Severino Di Giovanni no dia seguinte ao fuzilamento, sem consegui-lo. “E quanto à minha prisão: é uma prova espiritual a mais e não é a mais dura do meu destino que é uma longa corrente”. Com efeito, o primeiro filho de Salvadora perdeu a vida diante dela e seu esposo morreu num acidente automobilístico, transformando-a no ato em diretora da *Crítica*. “Sou nesse momento um símbolo da minha pátria. Sou na minha carne a própria Argentina e os povos não pedem magnanimidades”. Entretanto, quando chegou o momento em que as massas irromperam na cena política, ela se opôs ao regime peronista e seu diário foi expropriado. “Mas eu bem sei que ante os verdadeiros homens e ante todos os seres dignos de meu

país e do mundo, o degradado e envelhecido é o senhor, e que o senhor, por mais cegado que esteja, deve saber isso tão bem quanto eu. General Uriburu, guarde suas magnanimidades junto às suas iras, e sinta como, desde esse canto de miséria, viro-lhe a cara com todo meu desprezo”. Muito mais adiante, em 1972, no momento de morrer, suas últimas palavras teriam sido: “Oh Deus, Oh Deus, Oh Deus” ou talvez, “Ódio, Ódio, Ódio”.⁶

A vida de Salvadora Medina Onrubia foi contada três vezes, primeiro na forma de biografia romanceada, *Salvadora*, de Josefina Delgado; depois na obra teatral *Titulares: la voz del pueblo* [Manchete: a voz do povo], dirigida por José Maria Paolantonio; e, por fim, no filme *El mural* [O mural], rodado no ano do Bicentenário⁷ por Héctor Olivera, um cineasta que anos antes tinha-se proposto realizar um filme sobre Severino Di Giovanni, projeto que foi abandonado. O neto de Salvadora, Raúl Damonte Taborda, mais conhecido pelo pseudônimo de “Copi” publicou um burlesco e disparatado romance, *La vida es tango* [A vida é tango], na qual descreve a atmosfera de excitação existente no jornal *Crítica*. Em contrapartida, o filme de Héctor Olivera condensa um episódio passional e desastroso da vida de Salvador e de Natalio Botana acontecido quando David Alfaro Siqueiros, pintor mexicano comunista, um “muralista”, foi contratado para realizar um enorme afresco circular, onírico e sensual, para a residência do casal, na quinta “Los Granados”, situada em Don Torcuato. Esse mural, por sua vez, sofreu com anos de abandono, destruição e disputa jurídica, sendo por fim confiscado pelo governo de Cristina Fernández de Kirchner, sendo essa via crucis contada no documentário *Los próximos pasados* [Os próximos passados], de Lorena Muñoz.

A mansão de “Los Granados” foi vendida por Salvadora Medina Onrubia a Álvaro Alsogaray, um militar anti-peronista que se dedicou à política chegando, uma vez, ao cargo de ministro, ainda que seja mais lembrado nesse país como decidido e tenaz defensor do pensamento econômico liberal. Nesse lugar passou a infância, María Julia Alsogaray, que quando adulta seria funcionária do governo peronista de Carlos Menem. Uma prima sua, Marianne Erize Tisseau, ganhadora de vários concursos de beleza e seguidora do padre Mugica, o mais conhecido dos “padres *villeros*”,⁸ foi capturada, torturada e executada na província de San Juan, em 1976. Outro primo, Juan Carlos Alsogaray, filho de um ex-Comandante-em-Chefe do Exército, morreu em combate na província de Tucumán, também em 1976. Nesse mesmo espantoso ano, Adriana Barcia, esposa de Juan Carlos Alsogaray, foi torturada com a maior brutalidade e, em seguida, assassinada. Sua mãe morreu uma semana após reconhecer seus restos mortais.

XIV

O general Tanco e alguns outros comparsas no complô conseguiram chegar à Embaixada do Haiti, na verdade um chalé suburbano na rua Mosteiro de Vicente López, mas foram arrancados de lá por um grupo de militares sob comando do general Domingo Constantino Quaranta, chefe do Serviço de Informações do Estado (SIDE), um homem perigoso. Uns anos depois, foi acusado pelo escritor Rodolfo Walsh de ter ordenado o assassinato do advogado Marcos Satanowsky, que se tornou um caso célebre por algum tempo, e o motivou a publicar o livro *O caso Satanowsky*. Mas em 1956, enquanto Jean Brierre, o embaixador

do Haiti, informava à Chancelaria da nova condição de exilados de Tanco e seus homens, Quaranta tomava de assalto a sede diplomática. Então, se interpôs Delia Vieux, esposa do embaixador, e o advertiu que ele pisava terra haitiana. Insolente e gorila, o general Quaranta lhe respondeu: “Cala a boca, negra de merda!”

De fato, o embaixador e sua esposa eram pessoas “de cor” e, com efeito, a primeira constituição que teve o Haiti estabeleceu: “todos os cidadãos haitianos, não importa a cor da pele, serão denominados negros”. Diante do abuso, Delia Vieux pediu ajuda aos gritos pela rua, atraindo a indesejável curiosidade dos vizinhos, e logo avisou seu marido do que acontecia. O embaixador não se amedrontou pela diferença de tamanho entre seu pequeno país e a nação anfitriã, e exigiu a entrega dos sequestrados. Ele mesmo tirou sete deles, mais o motorista, de um quartel em seu carro diplomático. Pouco depois, o governo de Aramburu expulsou o casal do país: duas “persona non grata”. E Jean Brierre, homem valente, o tirano François Duvallier, o “Papa Doc”, pôs na prisão. Depois, partiu para o exílio, no Senegal, onde transcorreram vinte e cinco anos de sua vida. De outro lado, o general Quaranta, que violou a embaixada sem nenhuma diplomacia, foi recompensado com um cargo consular.

Anos antes de Quaranta assumir o posto, um policial chamado Guillermo Solveyra Casares tinha dado forma ao primeiro organismo oficial de inteligência, chamado “Controle de Estado”, e, previamente, havia sido encarregado de perseguir Segundo David Peralta, o “Mate Fervido”, bandoleiro popular do norte argentino que conheceu “as ideias” de um contrabandista anarquista, Eugenio Zamacola. Por dois anos, Solveyra Casares acossou Mate

Fervido na selva do Chaco, perseguindo-o até mesmo no Paraguai, mas nunca o capturou. Esse homem, que depois foi presidente do Clube Atlético Tigre e chefe da Divisão de Informações Políticas da Presidência da Nação durante o governo Perón, foi quem introduziu a “picana elétrica” portátil no país.

XV

Uma avalanche de injúrias recaiu sobre o nome de Juan José Valle após seu fuzilamento, atualizando as reprimendas sofridas, em seu momento, pela figura pública de Severino Di Giovanni. O governo do general Aramburu insistiu em apresentar a sublevação como uma espécie de agitação de bandidos: “Foi executado o cabeça do movimento terrorista sufocado”. Não lhes foi difícil preparar o argumento. Só havia passado nove meses desde a destituição de Perón e a “Revolução Libertadora” ainda mantinha seu crédito. Como havia acontecido em 1909, com a dezena de mortos da Plaza Lorea, por ordem do coronel Falcón, e com os mil e duzentos mortos durante a “Semana Trágica” de Buenos Aires, em 1919, e com os mil e quinhentos mortos, em 1921 e 1922, na Patagônia austral, também as execuções de Valle e seus homens pareceram ter sido absorvidas pelo “sistema político”. Mas se com sua morte desaparecia um foco de conspiradores e uma linha política interna ao tabuleiro peronista, o mito “libertário” da Revolução Libertadora, ficou alquebrado. Além disso, é inevitável que toda morte deixe um fantasma no mundo. Pouco a pouco a lembrança de Juan José Valle foi passando de boca em boca: seu triunfo será moral. Na verdade, nunca lhe faltaram homenagens, do simples e amador

panfleto comemorativo, produzido em mimeógrafo, até a tardia reivindicação oficial, passando pelo batismo de muitas unidades básicas peronistas.

Não faz muito tempo estrearam nos cinemas dois filmes referentes ao levante de junho de 1956: *Los fusilados que hablan* [Os fuzilados que falam], de Eduardo Anguita, e *Los Fusiladitos* [Os fuziladinhos], de Cecilia Mijiker. Muitos anos antes, em 1972, num contexto de novos fuzilamentos numa base militar — em que foram assassinados dezesseis guerrilheiros, no chamado “Massacre de Trelew” —, o cineasta Jorge Cedrón filmou *Operación Masacre* [Operação Massacre], baseado na investigação dos acontecimentos realizada por Rodolfo Walsh e lançada no ano seguinte, 1973, o ano fênix do peronismo. Julio Troxler, um dos protagonistas do filme, interpretava a si mesmo, já que era um dos poucos sobreviventes do fuzilamento. Mas enquanto o coronel Desiderio Fernández Suárez, responsável pelas execuções ilegais no lixão de Josá León Suárez, morria nonagenário, sua antítese, o comissário Julio Troxler, o policial que chegou a ser chefe da repartição na época da breve primavera de Héctor J. Cámpora no poder, foi assassinado pela Aliança Anticomunista Argentina, em 1974, durante o governo de María Estela Martínez de Perón, a Isabelita Perón. Uma rua de Buenos Aires relembra, hoje, seu nome; mas não o de Jorge Cedrón, que oito anos depois de filmar seu documentário apareceu morto com quatro punhaladas no banheiro de uma base policial francesa. Não faltaram livros e brochuras de denúncia do que se passou em 1956, mas nenhum, nem no tom nem na compreensão panorâmica, é melhor que o primeiro de todos, *Mártires y verdugos* [Mártires e carrascos], de 1964, do historiador peronista Salvador Ferla. A dedicatória do

livro diz: “A Susana Valle, para que saiba por que morreu seu pai e o vínculo entre seu drama pessoal e o drama argentino”. Há uma segunda dedicatória: “A Rodolfo Walsch (sic)”.

XVI

Nas suas últimas horas, o general Valle escreveu uma carta a sua filha: “Querida Susanita, não tenha vergonha do teu pai, ele morre por uma causa justa: algum dia você terá orgulho disso. Não morro como um qualquer, morro como um homem honrado”. Isso o preocupava, mas cuidar de seu bom nome se ocuparia, cuidadosa e obstinadamente, sua filha única, que não esteve só nesse empenho. No primeiro aniversário dos fuzilamentos, em junho de 1957, milhares de pessoas se reuniram no cruzamento das avenidas Córdoba e 9 de Julho, apenas para serem dispersadas pela política que impediu o ato. “Desde o além velarei por você, e nos momentos difíceis de tua vida, que desejo que sejam poucos, recorra a mim, que estarei como sempre para te defender”. O segundo aniversário também terminou em briga, dissolução do encontro por efeito de gases lacrimogêneos e prisão em massa dos participantes — e isso porque já governava Arturo Frondizi, um presidente eleito com aberto apoio peronista. Não obstante, em Rosário, uma multidão de milhares de pessoas conseguiu reunir-se em frente ao Monumento à Bandeira. “Nossa honra não foi manchada jamais e com orgulho você pode sustentar nosso nome. Minha linda pequena, trabalhe com fé na vida e nas tuas forças”. Nesse mesmo ano, 1958, um ato clandestino realizado numa igreja de Lanús, centenas de pessoas escutaram a voz de Juan Domingo Perón, registrada no exílio dominicano, nomeando, um a um, os

fuzilados. Um rosário que era oração. “Adeus querida, beijos e muitos carinhos de teu paizinho que sempre te adorou”. Depois que várias tentativas de homenagem foram reprimidas, as reuniões seguiram acontecendo diante da tumba de Valle, no Cemitério de Olivos.

Susana Valle, que uma revista à época caracterizou como “agitada, belicosa e temerária”, se dispôs a alcançar o que lhe pedira seu pai. Tinha tempo: era muito jovem ainda. Mas a memória do que sucedera era ainda muito próxima, de modo que se dedicou a fustigar o carrasco. Em junho de 1963, poucos dias de um novo aniversário dos fuzilamentos e no meio da campanha eleitoral para o posto máximo de Presidente, a filha do general fez com que se espalhasse cartazes por toda a Capital. Era uma carta pública dirigida ao tenente-general (RE) Pedro Eugenio Aramburu: “Como uma amostra sarcástica e trágica da bancarrota moral do país e da falta de vergonha generalizada, o senhor apresenta sua candidatura à Presidência da Nação, pedindo o voto dos argentinos. O faz com sua consciência nas trevas e com suas mãos ainda empapadas do sangue de meu pai, o general de divisão Juan José Valle, de muitos outros camaradas seus, dos assassinados pelas costas nos lixões de Juan José Suárez. Sobre a sua consciência de Caim pesa esse sangue de patriotas e essa humilhação à República”. Então, Susana havia se convertido numa referência ilustre para a assim chamada “Resistência Peronista”, uma proeza dispersa ainda que tenaz que demorou muito a ser contabilizada. No mais, já a haviam jogado na prisão sete vezes e o faziam muitas vezes mais: “Por ser a filha de papai”.

Passados dez anos do fuzilamento, a revista de grande circulação *Gente* publicou uma fotografia sua junto a uma

frase claramente sem respeito algum por sua dor e igualmente insensível com respeito às incipientes e surpreendentes mudanças políticas da nova geração: “Susana Valle é um produto típico da zona norte, da rua Santa Fé, ou que talvez se chamasse uma garota ‘de bem’. Nunca deixa de surpreender que existam peronistas neste nível social”. Com efeito, a mãe de Susana Valle era de uma família rica e influente, o que não opôs nenhum obstáculo para que ela se tornasse plenamente consciente de seu papel histórico. Tinha se convertido numa das deusas da justa retribuição, a que os antigos gregos chamavam “Erínias”. Pôde localizar, tempos depois, o homem que encabeçou o pelotão de fuzilamento, um tal coronel D’Elía. O procurou no Gran Rex, onde o homem jogava bilhar, e lhe acertou em cheio com a bolsa. Ato contínuo, dois amigos dela moeram o homem aos murros. Mas o responsável final de sua desgraça era outro, o general Aramburu: “O senhor não pode voltar, por poderosas que sejam as forças antipopulares e antinacionais que o apóiam. Porque ainda não secaram o sangue de suas vítimas nem as lágrimas de seus familiares. Porque em cada cemitério há uma tumba de um argentino aberta por suas próprias mãos. Seu caminho é tenebroso de sangue, de humilhação e de terror”. Naquela vez, o ex-presidente Aramburu não ganhou a eleição, ficou em terceiro; mas essas palavras do cartaz assinado por Susana Valle não passariam em branco.

Para o aniversário de 1966, nos dias que antecederam o golpe de Estado do general Juan Carlos Onganía, impediram-lhe pela enésima vez de homenagear seu pai e, além disso, levaram-na à delegacia: “Mais ou menos duas vezes por ano vou presa”. Naquela vez, estive ao seu lado o boxeador Gregorio “Goyo” Peralta, ex-campeão argenti-

no dos pesos pesados, que declarou aos jornalistas: “Estou aqui porque sou peronista e amigo de Susana Valle”. Era peronista porque, quando criança, quase adolescente, recebeu seu primeiro par de sapatos por graça da Fundação Eva Perón, e por isso havia dedicado ao “General” uma de suas tantas lutas vencidas. Repetidas vezes a polícia se encarregaria de desbaratar as homenagens ao general Valle no lugar antes ocupado pela Penitenciária Nacional, mas ela nunca desistiu. Animava-a uma imensa veneração: “Para mim, papai é o ápice de tudo. É perfeito.” Ainda que tenha havido uma vez na qual se cansou do incômodo policial levando, então, no aniversário de 1968, uma coroa de flores à residência de Aramburu, localizada a metros da Avenida Santa Fe, com esta inscrição: “A repressão não poderá evitar tua homenagem. Tua filha”. Um ano mais tarde, Pedro Eugenio Aramburu foi sequestrado e assassinado por um comando do grupo armado Montoneros que assumiu o nome “General Valle”. De imediato, a política buscou e encarcerou Susana, “por ostentar o sobrenome”.

XVII

O general Valle não foi apenas fuzilado; foi também degradado. Seus galardões de general foram-lhe arrancados aos trancos. Esses galardões foram recuperados por sua filha Susana, e dez anos depois, a esposa de Valle, Cristina Prieto, as presenteou ao major Bernardo Alberte, assessor presidencial de Perón e posteriormente seu secretário pessoal. A própria Susana Valle os levou à sua casa. Alberte tinha se comprometido com a sublevação de Valle, mas o chefe do Serviço de Inteligência do Exército (SIE), o coronel Carlos de Moori Koenig, encarcerou-o numa

prisão flutuante para, logo depois, enviá-lo à prisão militar de Magdalena e, por fim, à prisão da Terra do Fogo, fechada definitivamente por Perón, mas reaberta especialmente para a ocasião. Seguiu sendo peronista toda a vida.

Bernardo Alberte morreu em 24 de março de 1976, dia do golpe de Estado do general Jorge Rafael Videla. Na véspera de sua morte escreveu uma carta a Videla; uma advertência sobre as consequências destrutivas para o exército argentino que derivariam do já iminente golpe de Estado. A carta chegou ao destino. No dia 24 de março a casa de Alberte foi assaltada e saqueada por um comando militar. O major Alberte foi jogado pela janela, de uma altura de seis andares, até estatelar contra o pátio do edifício, onde vivia um juiz, a quem não deixaram abrir a boca. Três meses mais tarde, apareceu em Córdoba o cadáver de Alberto Bello, genro de Alberte, que estava há treze dias desaparecido. Não foi esquecido. Bernardo é o nome do filho do major Alberte e Bernardo também é o nome de um de seus netos.

XVIII

Muito antes de ser executado, Severino Di Giovanni tinha se transformado numa espécie de lenda, o tipo de fantasia que corre sobre os seres animados por uma audácia sobre-humana. Uma vez morto, sobreviveu o mito — de início negativo — do homem que sempre está em pé de guerra e que morre em sua lei. No seu último dia de vida, Severino Di Giovanni disse essas palavras: “Amo muito a vida, mas não deploro meu destino”. Nas crônicas do fuzilamento publicadas nos jornais, incluindo uma descrição seca e impressionante assinada por Roberto Arlt, enfatizou-se a

qualidade de fortaleza imperturbável do réu. Poucos anos depois, estreou nos cinemas um filme baseado na sua vida, dirigido por Luis José Moglia Barth, com roteiro do radical yrigoyenista Homero Manzi e do escritor e jornalista do diário *Crítica*, Ulyses Petit de Murat, e com cenografia preparada pelo pintor Raúl Soldi. O papel principal esteve com Sebastián Chiola. Apesar da afortunada constelação de talentos, o filme era ruim e só contribuiu para fixar na opinião pública a imagem de criminoso irresponsável, figura da crônica policial que seria duradoura e até fomentada por parte dos anarquistas revolucionários que rotularam Di Giovanni como “anarco-bandido”.

A virada na opinião pública aconteceu em 1970, quando Osvaldo Bayer publicou *El idealista de la violencia* [O idealista da violência]. Pela primeira vez, Severino Di Giovanni era tirado da galeria dos monstros, gângsteres e valentões, e restituído ao mundo das ideias revolucionárias num contexto de perseguições e governo ditatorial. A metamorfose de bandoleiro arrebatado em apaixonado homem de ideais foi favorecida pela circunstância política: desde 1960 havia guerrilhas na Argentina e em quase todos os países latino-americanos. Além disso, uma aura romântica envolvia sua história. Dali em diante, Severino e América seriam considerados um caso exemplar de amor livre e não apenas de loucura amorosa. Mas o mesmo contexto que induzia a leitura do livro também o colocava em risco: em 1973, sua venda foi proibida nas livrarias. Justamente, nesse mesmo ano, havia estreado no circuito de cinemas portenho o filme italiano *Amor e anarquia*, baseado em um dos tantos atentados, todos fracassados, realizados contra Benito Mussolini, a besta maldita de todos os anarquistas italianos.

A história de Severino e América era, inevitavelmente, “cinematográfica”, mas nunca pôde ser filmada. A primeira tentativa foi em 1972, quando o cineasta Emilio Becher se uniu a Osvaldo Bayer e ao escritor, ator e modelo Sergio Mulet no preparo do roteiro, mas a censura ameaçou impedir o lançamento e o projeto foi abandonado. Logo depois, Leonardo Favio, um diretor de cinema já consagrado, adquiriu por três vezes o roteiro cinematográfico preparado por Bayer e por três vezes desistiu de filmá-lo. Héctor Olivera também adquiriu os direitos para realizar o filme, mas não pôde, apesar de já ter filmado, com roteiro de Bayer e dele mesmo, *La Patagonia Rebelde*, sobre as greves orientadas por anarquistas, em 1921 e 1922, no distante sul e que culminaram com centenas de fuzilamentos; filme que foi proibido pouco depois da estréia e no qual aparece, como um dos tantos figurantes, um ainda muito jovem Néstor Kirchner — mais adiante governador da província de Santa Cruz e, depois, presidente do país — cantando “Filhos do Povo”, o mais conhecido dos hinos anarquistas. O filme voltaria a ser lançado dez anos depois. A censura foi inimiga de todos esses projetos cinematográficos, mas não deixa de ser verdade que a combinação de “amor louco” e violência política fosse um ferro demasiado incandescente para todos.

Houve mais uma tentativa de levar a história de Severino e América ao cinema a cargo do premiado diretor Luis Puenzo, baseado no romance escrito pela italiana Maria Luiza Magnanoli, *Um café muito doce*, de 1997. Mas, ainda que se tenha avançado com o roteiro e com a seleção de atores, o projeto ficou prejudicado por oposição da própria América Scarfó, descontente com o roteiro. Ela circulou uma “carta aberta” dirigida a Puenzo. Dizia-lhe: “Essa não

é nossa história: a história de Severino Di Giovanni e a minha própria. Você inventou personagens híbridos que não tem nada de anarquistas”. E também dizia: “Você compensa a falta de conceito com sexo e tiros. É como se num buquê de bonitas flores, você tivesse jogado.... bar-ro!”. Nessa época, América Scarfó estava com oitenta e tantos anos e já há quase setenta que ninguém sabia dela.

XIX

As cartas que o general Valle deixou para sua mãe, sua esposa, sua filha e sua irmã, mais a carta dirigida ao general Aramburu, foram publicadas em maio de 1957 no periódico *Resistencia Popular*, mas somente consternaram os partidários de Perón. Eram anos difíceis para seu movimento político. Tudo indica que existiu uma carta anterior de Valle a Perón, que foi entregue ao coronel Federico Gentiluomo, um peronista que tinha pedido baixa do exército por discordar do golpe de Estado de setembro de 1955. Dez anos depois, em 1965, sua esposa foi jogada pela janela num suposto desfecho violento de um assalto à sua casa feito por delinquentes comuns. Mas, na época, rumores apontavam para o Serviço de Informações do Exército. Acredita-se que buscavam correspondência. Então, os cadáveres ainda apreciavam muito de vez em quando, e um por vez; num futuro próximo, brotariam aos montes.

No mesmo mês em que as cartas de Valle foram publicadas, o escritor Rodolfo Walsh trouxe a conhecimento público, na revista *Mayoría*, o drama dos fuzilamentos clandestinos do ano anterior. Era uma série de notas intituladas “Operação massacre”. Justamente ele, cujo ingresso no Colégio Militar tinha sido recusado por “problemas de

visão”, desmascarava então as três forças armadas. Como consequência, multiplicaram-se as denúncias na imprensa peronista e nacionalista: *Bandera Popular*, *Palabra Argentina*, *Revolución Nacional*, *El Soberano*. No prólogo de 1957 à edição de suas notas jornalísticas na forma de livro, Rodolfo Walsh escreveu: “Investiguei e relatei esses acontecimentos terríveis para fazê-los conhecer na sua forma mais ampla, para que inspirem espanto, para que não possam jamais voltar a acontecer”. Mas não foi assim. No ano seguinte, o Congresso Nacional votaria uma anistia para esses crimes. Os tribunais militares já tinham arquivado o assunto. Rodolfo Walsh morreria prematuramente, em 1978, cercado por uma matilha de fuzileiros navais sem ter podido abrir fogo com seu revólver. Sua filha, María Victoria, havia tido a mesma sorte cinco meses antes, com armas em punho. Restam, em homenagem a Walsh, uma pracinha no bairro de San Telmo, um monolito nos lixões de José León Suárez e uma carta enviada à Junta dos Comandantes-em-Chefe um dia antes de sua morte, que seria o primeiro aniversário do golpe de Estado do general Videla.

Intitulava-se “Carta aberta de um Escritor à Junta Militar” e Cícero, na Antiguidade, podia tê-la escrito. Nela se mencionava o nome de Jorge Héctor Lizaso. Vinte anos antes, no *Operação massacre*, Walsh contara a história de Carlos Lizaso, um dos assassinados em José León Suárez, então com apenas vinte um anos. Agora, um dia antes dele mesmo morrer, Rodolfo Walsh anunciava, a quem quisesse saber, a morte de outro irmão, baleado em outubro de 1976 por um “grupo de tarefas” militar no Café de los Angelitos. Ali mesmo morreu María del Carmen Núñez, esposa de Jorge Lizaso. Esse café era um lugar famoso e reputado, a aparência ideal para encontros que pretendem

passar despercebidos, e de fato, no dia anterior à suble-
vação de Valle e Tanco, os conspiradores tinham se reuni-
do ali para concluir os detalhes. Houve um terceiro irmão
Lizaso, Miguel Francisco, que *foi desaparecido* em setembro
de 1976. E também desapareceram Irma Leticia Lizaso
de Delgado, Roque Miguel Núñez — irmão de María del
Carmen —, Irma Susana Lizado — filha de Irma Leticia
— e Miguel Ángle Garaicochea, marido de Irma Susana.
De volta no tempo, em 1956, um dos homens que foram
levados ao lixão de Suárez junto com o jovem “Carlitos”
Lizaso foi Juan Carlos Livraga, que sobreviveu, preferin-
do exilar-se nos Estados Unidos, não sem antes avisar Ro-
dolfo Walsh sobre os fuzilamentos clandestinos, o mesmo
homem que cinquenta anos depois seria recebido na Casa
Rosada pelo presidente Néstor Kirchner a título de “fuzi-
lado que vive” finalmente reconhecido.

XX

Em uma entrevista, concedida na metade da década de
1960, por Susana Valle, ela disse: “eu não significo nada
no movimento peronista. Papai é tudo”. Enganava-se: ela
também era um símbolo, tanto para os peronistas, quan-
to para os antiperonistas. Nos anos seguintes, sua casa se
converteu em sede de reuniões políticas; e lá mesmo se
apresentou a candidatura do general Perón ao Prêmio
Nobel da Paz. Ela foi, ainda, “correio” do líder máximo,
tanto quando esteve exilado em Caracas, como quando
em Madri, e mais adiante colaborou com o padre Carlos
Mugica, logo assassinado, na favela de Retiro. Sempre es-
teve integrada às tendências do peronismo revolucionário,
incluindo o Partido Peronista Autêntico, fachada legal

dos Montoneros. Mas então, chegou a noite, arrepiante, endemoniada, interminável, a noite da caça. Governava o país o tenente-general Jorge Rafael Videla, que chegara com uma grande lista de hereges a serem eliminados.

Já com quarenta anos e grávida de gêmeos, Susana Valle fugiu para a província de Córdoba, onde foi capturada, em 1978, por homens do general Luciano Benjamín Menéndez, apelidado “a hiena”, duas vezes golpista, tal como havia sido seu pai, quase homônimo seu, contra Perón. Na carta escrita na sua cela, Juan José Valle dizia a sua filha: “Algum dia conte a teus filhos do avô que não viram e que soube defender uma causa nobre”. Mas não foi possível. Susana foi encarcerada numa prisão clandestina, algemada e torturada em avançado estado de gravidez sobre a mesa do necrotério de um hospital, o que lhe provocou o parto. O primeiro bebê morreu ao nascer, e foi colocado no peito de Susana. O segundo nasceu vivo, mas deixaram-no em um canto até que morresse de frio. O companheiro de Susana já havia sido assassinado pela ditadura.

No último aniversário de fuzilamento de seu pai que Susana Valle pôde participar, estiveram presentes o prefeito de Buenos Aires, a ministra da Defesa e o chefe do Estado Maior do Exército. O lugar era a ex-Penitenciária, o ano, 2006, e o presidente, Néstor Kirchner, que havia reabilitado e feito justiça ao nome de seu pai. *Post-mortem* ele recebeu a patente de tenente-general. E havia sido devolvido à família o sabre de general que lhe tinham tomado naqueles dias de junho de 1956, além de se batizar com seu nome a Escola de Engenheiros do Exército, pois essa era sua especialidade de origem. Susana Valle, de sessenta e oito anos de idade, morreu no dia 3 de setembro de 2006. Junto dela estava sua filha Soledad, nascida um

ano depois de que foi supliciada, e vários netos. América Scarfó morreu uma semana antes, no dia 26 de agosto de 2006, com noventa e três anos. Suas cinzas, por sua própria vontade, foram levadas à sede da Federação Libertária Argentina. Susana Valle está enterrada no Cemitério de Olivos, ao lado da tumba de seu pai e dos gêmeos que não puderam viver.

XXI

América Scarfó, chamada pelos íntimos de “Fina”, foi a primeira anarquista a entrar no palácio presidencial. Aconteceu em 1999, quando ela era uma anciã, quase uma nonagenária. Deve ter-lhe doído passar essas portas: dali partiu a sentença do general Uriburu que selou o destino de seu companheiro e seu irmão: “Cumpra-se”. Dali, setenta e oito anos antes, tinha saído sua mãe, arrasada, desolada, quase demolida, depois de implorar inutilmente misericórdia diante dos guardas que protegiam a entrada da Casa Rosada. E agora ela, que nunca renegou suas ideias libertárias, tinha sido convidada ao palácio. Chegou junto com Osvaldo Bayer, que já havia escrito a história de Severino e América. O presidente em exercício era Carlos Saúl Menem e os anarquistas eram, então, espectro de outra época, quando muito, um enigma. Dos velhos tempos, restavam ela e mais alguns.

Não é que não tivesse havido tentativas anarquistas anteriores de entrar na Casa Rosada, ou apenas, de chegar ao homem a cargo do poder. Em maio de 1886, o anarquista Ignacio Monjes conseguiu jogar uma pedra na cabeça do presidente Julio Argentino Roca, na Praça de Maio; em agosto de 1905, o anarquista individualista Salvador

Planas y Virilla, que era vegetariano, do grupo “frutívora”, atirou contra o presidente Manuel Quintana, mas as balas estavam com defeito; em fevereiro de 1908, o anarquista Francisco Solano Rojas lançou uma bomba de ácido no caminho do presidente José Figueroa Alcorta, que não explodiu; em julho de 1916, durante as celebrações nacionais, o anarquista Juan Mandrini mirou e abriu fogo contra o balcão da Casa Rosada de onde o presidente Victorino de la Plaza saudava a multidão, falhando por pouco; em janeiro de 1919, a polícia descobriu um túnel subterrâneo nas imediações do palácio presidencial, mas as cinco bombas de dinamite nele enterradas não chegaram a explodir; e, por fim, na noite de Natal de 1929, o anarquista Gualterio Marinelli disparou seis vezes contra o automóvel oficial do presidente Hipólito Yrigoyen, com tão pouca sorte que outros seis tiros que lhe foram devolvidos pela guarda presidencial acabaram com seus dias e suas noites.

No entanto, esse 28 de Julho de 1999, depois de uma espera eterna, América Scarfó recuperou as cartas que Severino Di Giovanni lhe havia escrito eternidades atrás. A entrega foi feita no Salão dos Escudos, na presença de Carlos Corach, ministro do Interior, ambos rodeados por um enxame de jornalistas e fotógrafos, que tanto a tinham atormentado aquele dia terrível em que a polícia a levou à Penitenciária Nacional para que se despedisse de Severino Di Giovanni. Agora, acrescentavam-se as câmeras de televisão. Para recuperar essas cartas, arquivadas no Museu da Polícia, foi-lhe necessário fazer um pedido rocambolesco à Polícia Federal que quase não se frustra não fosse a decisão política do ministro. Aquela correspondência foi-lhe requisitada em 1931 pelo inspetor geral Fernández Bazán, um especialista na caça de anarquistas, que foi depois

chefe da “Ordem Social”, ou melhor, da polícia política, e mais adiante subchefe da polícia durante o peronismo e, até mesmo, cônsul em Estocolmo. Na sua época, fez com que se assassinassem três anarquistas “expropriadores”, cujos cadáveres nunca foram encontrados. Mas setenta anos depois, o próprio chefe da polícia, Pablo Baltasar García, se viu forçado a marcar presença.

Ao ingressar na Casa de Governo, América Scarfó declarou: “Vim aqui para buscar algo meu”. E a outro jornalista, por telefone, disse: “ainda que seja um pecado da velhice, quero essas cartas”. Eram quarenta e oito cartas e alguns poemas que lhe foram entregues dentro de uma caixa azul. Toda sua memória cabia nesses objetos leves, mas carregados do maná do amor. Talvez tenha se lembrado, então, que em uma das cartas Severino lhe escreveu: “Devemos nos contentar com as flores secas, murchas, as únicas que podemos nos permitir no limite de algumas folhas escritas velozmente e confiadas ao espaço restrito que nos deixa o envelope muito pequeno para conter o jardim que tu mereces”. No ato da devolução das cartas, América Scarfó ficou em silêncio. Disse, apenas: “tenho uma linda lembrança dessa história de amor”. Aos dezessete anos, ela mesma publicou na revista *Anarchia*, estas palavras: “A felicidade não é uma utopia. Mesmo que seja só por um instante podemos saborear algo dessa quimera”. Sua convivência com Di Giovanni, na clandestinidade, havia durado dez meses inesquecíveis de sua distante juventude.

Tradução do espanhol de Thiago Rodrigues

Notas

¹ Trotyl, Trinitotolueno ou TNT é o composto químico base da dinamite (N. T.).

² Referência a quem era partidário da União Cívica Radical (UCR) (N.T.).

³ Magnicídio é o assassinato de governantes ou autoridades públicas de relevo, como reis, presidentes, primeiro ministros e líderes religiosos (N.T.). Cf. artigo de Christian Ferrer intitulado “O magnicida”, em *Verve* 18. (N. E.).

⁴ Literalmente, “antorchista” é “tocheiro”, “aquele que leva a tocha”; trata-se de uma das vertentes do anarquismo argentino nos anos 1920 e 1930 adepto da expropriação revolucionária. Para saber mais sobre o anarquismo antorchista Cf. Pablo M. Pérez, “Uma história do anarquismo: o surgimento da Federação Libertária Argentina” in *Verve* n. 09, 2006, pp. 189-215. (N.T)

⁵ No original, “sánchez sorete”: no apelido pejorativo dado ao ministro do Interior, “sorete” é uma expressão da região do Rio da Prata que significa “pessoa desprezível”, “ignóbil”. O jogo de palavras entre a expressão e o sobrenome do ministro, e que dá o humor ao apelido, é de difícil transposição ao português (N.T.).

⁶ Em espanhol há um jogo de linguagem direto entre a pronúncia de “oh Diós” e “ódio” (N.T.).

⁷ Trata-se do ano de 2010, comemorado pelos argentinos, assim como por outros latino-americanos, como o ano no qual se iniciou o processo de independência da Espanha (N. T.).

⁸ Os “curas villeros” são padres católicos que atuam em *villas* (favelas, bairros pobres) na Argentina, afinados à Teologia da Libertação e às interpretações sociais do Evangelho. Carlos Mugica foi um dos mais destacados dos “curas villeros”, sendo assassinado pelo grupo de extermínio de direita Aliança Anticomunista Argentina, a “Triple A”, em 1975 (N.T.).

⁹ “Picana elétrica” é um bastão ou pequena pistola que dá choques elétricos usado originalmente para conduzir gado, mas que na Argentina, e outros países sul-americanos, passou a ser usado como instrumento de tortura para desferir poderosas descargas elétricas, principalmente na cabeça e nos genitais (N.T.).

Resumo

Complôs, golpes de Estado, conspirações, vinganças, ideais e uma história de amor: uma mirada pela história política argentina desde os anos 1920 por meio de vidas que foram vinculadas à Penitenciária Nacional de Buenos Aires. Os amantes anarquistas Severino Di Giovanni e América Scarfó, o general golpista Valle e sua filha Susana e outros personagens reais de uma sangrenta e intensa história.

palavras-chave: anarquismo argentino, Severino Di Giovanni, América Scarfó

Abstract

Plots, coups d'État, conspiracies, revenges, ideals and a love story: an overview of Argentinean political history since the 1920's through the lives that were attached to Buenos Aires' National Penitentiary. The anarchist lovers Severino Di Giovanni and América Scarfó, the conspirator general Valle and his daughter Susana and other real characters of a bloody and intense history.

keywords: Argentinean anarchism, Severino Di Giovanni, América Scarfó

Recebido para publicação em 17 de novembro de 2010. Confirmado em 05 de maio de 2011.